

# É permitido vender-se um bem público?



**Q**ue tal se, domingo pela manhã com o par que Ibirapuera lotado, uma fundação formada por seus funcionários, cobrasse ingressos e aqueles que pudessem pagar usufríssem, de imediato, dos gramados, dos raios de sol, dos lagos e alamedas, enquanto os demais cidadãos aguardassem, no final da fila, por uma oportunidade de entrar gratuitamente? É óbvio que isto não seria permitido, pois “todo cidadão é igual perante a lei” e “não se pode vender o bem comum”.

Na área da saúde estes conceitos não têm sido respeitados, haja vista que o governo permite que alguns grupos ligados a Hospitais Públicos vendam serviços na economia privada por preços

muito vantajosos para seus compradores, em especial para as operadoras setoriais de saúde.

Formaram-se, dentro de algumas instituições do Estado, verdadeiras empresas que vendem os serviços públicos já pagos por toda a população, há muitas gerações, via tributos diretos e indiretos “em cascata”, e que discriminam os pacientes fazendo cidadãos provenientes do Sistema Único de Saúde (SUS) passarem o constrangimento e o sofrimento de terem seus atendimentos, exames e internações agendados com muitos meses de espera, enquanto os pacientes mais diferenciados têm seus agendamentos para o dia seguinte na mesma estrutura pública, além de desfrutarem de privilé-